

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO POR REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL

Luciana da Silva Ferreira¹

Giselle Nunes Florentino

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o comportamento do mercado de trabalho nas regiões geográficas do Brasil nos últimos anos. A heterogeneidade entre as regiões do país também se reflete no mercado de trabalho e no comportamento dos salários quando analisados por regiões. Ademais, numa investigação da composição da renda apropriada pelos agentes, é possível perceber a importância da renda oriunda do trabalho, haja vista que os salários compõem a maior parte da renda dos indivíduos. Neste sentido, este trabalho busca compreender as características do mercado de trabalho e dos salários, de modo a avaliar a estrutura salarial das regiões do país por faixas de renda e grandes setores de atividade econômica e seu impacto sobre a distribuição de renda. O ponto de partida será a análise das duas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) realizadas na primeira década de 2000 que demonstram a composição dos rendimentos familiares. A partir disso, serão investigados os rendimentos oriundos do trabalho por meio do Registro Anual de Informações Sociais – RAIS para os mesmos anos. Essa linha de investigação permite compreender os setores de atividade que mais empregam trabalhadores, bem como os que melhor remuneram e, ainda, a distribuição de renda do trabalho. Assim sendo, este trabalho admite como proposição central a importância da estrutura produtiva como determinante da composição do mercado de trabalho e da remuneração advinda do trabalho. O resultado desta pesquisa aponta para possíveis ações de políticas econômicas que possam fomentar setores de atividades que levem a melhor distribuição de renda.

Palavras-chave: mercado de trabalho; salários; economia.

1- Introdução

A atuação de diversos agentes na economia de um país estabelece relações de produção de bens e serviços que, em contrapartida, gera uma renda equivalente que é distribuída entre os agentes que participam diretamente ou não deste processo. Neste sentido, a apropriação direta da renda ocorre em decorrência da função exercida pelos agentes econômicos no processo de produção, isto é, pelos detentores de capital – cuja remuneração são os lucros – e pelos detentores do trabalho – que percebem salários. Por outro lado, a distribuição pessoal da renda abrange a renda disponível aos agentes e nesta acrescenta-se outras remunerações provenientes de transferências de renda e as devidas deduções de renda, como pagamento de impostos.

¹ Professora Assistente do Departamento de História e Economia do Instituto Multidisciplinar/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DHE/IM/UFRRJ). Email: ferreira_lucianarj@yahoo.com.br.

No Brasil, historicamente a forma como a renda é distribuída entre os agentes tem se revelado bastante desigual, apesar de uma tênue melhora na distribuição na primeira década de 2000. Este fato tem chamado a atenção de muitos estudiosos do tema e torna-se relevante para o estudo da Economia enquanto Ciência, haja vista que seu objeto de estudo central é a realidade sócio-econômica que deve ser interpretada à luz da teoria econômica para posterior proposição de política econômica a ser aplicada para melhorar a realidade antes observada.

Diversas pesquisas realizadas no país capturam as informações concernentes à apropriação de rendimentos pelos agentes econômicos, dentre elas, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A observação das duas últimas pesquisas realizadas no país chama atenção para dois pontos especiais. Primeiro, a heterogeneidade do rendimento médio familiar quando analisado por regiões geográficas do país. Segundo, mas não menos importante, o fato de a maior parcela dos rendimentos familiares ser proveniente dos rendimentos do trabalho. Neste caso, podemos inferir que a desigualdade da renda pessoal é devida, em grande parte, às desigualdades nos rendimentos obtidos no mercado de trabalho. Essa constatação nos provoca indagar de que modo o comportamento do mercado de trabalho analisado por regiões geográficas contribui para explicar a heterogeneidade dos rendimentos capturados pelas POFs. Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento do mercado de trabalho por regiões geográficas nos anos referidos das POFs realizadas na última década. Essa análise inclui a frequência de trabalhadores, bem como seus respectivos rendimentos conforme os setores de atividades econômicas. Desta forma, pretende-se analisar de que modo a estrutura produtiva impacta nos rendimentos do trabalho.

Para atingir esses objetivos propostos, o ponto de partida de nossa análise serão as duas últimas Pesquisas de Orçamentos Familiares: POF 2002-2003 e POF 2008-2009. Essas pesquisas são por amostragem de domicílios e capturam informações sobre despesas e rendimentos das famílias em todo território nacional. Desta pesquisa, o que vai nos interessar é justamente a informação concernente a rendimento familiar, mais especificamente, aquele selecionado por regiões geográficas.

Dada a importância relativa dos rendimentos do trabalho na composição da renda familiar o passo seguinte será analisar esse tipo de rendimento através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um registro administrativo de temporalidade anual que apresenta informações sobre o mercado de trabalho formal e de cobertura de todo o território nacional; seu registro administrativo é feito por vínculo empregatício. Neste sentido, apesar da diferença entre a POF que apresenta os

rendimentos por domicílio e a RAIS cujos rendimentos são individuais, esta última se torna valioso instrumento de entendimento do comportamento do mercado de trabalho e de seus rendimentos que, em última análise, influencia o rendimento familiar. O exercício de confrontação destes dados pretende fornecer possíveis ações de políticas econômicas que fomentem setores produtivos que mais geram emprego e renda.

Para alcançar esses objetivos, este artigo estará dividido em mais três seções além desta introdução. Na próxima seção será feita uma apresentação da proposta teórica que irá conduzir nossa análise. Na terceira seção será feita a análise dos dados das POFs e da RAIS e na última seção será feita uma breve conclusão.

2- Determinação do emprego e renda: o Princípio da Demanda Efetiva

O Princípio da Demanda Efetiva foi formulado inicialmente e de maneira independente por dois economistas na década de trinta: J. M. Keynes e M. Kalecki. Ambos buscavam compreender e explicar os problemas de recessão e alto desemprego que as principais economias enfrentavam no final dos anos vinte e início da década de trinta. Percorrendo caminhos teóricos distintos, os dois autores chegaram à semelhante conclusão: a importância do papel dos componentes da demanda agregada na determinação do produto, da renda e do emprego numa economia capitalista de produção. O Princípio da Demanda Efetiva (PDE) rechaça a Lei de Say, segundo a qual o ato de produzir gera uma renda que será destinada à compra de bens e serviços, ou seja, a oferta de bens e serviços determinaria a demanda por estes produtos. Ao contrário deste argumento, o PDE adverte que é o gasto que determina a renda.

Para entender a ideia deste princípio, recorremos à proposta de Kalecki (1983) que apresenta uma economia dividida em departamentos que produzem bens de capital e bens de consumo de capitalistas e de trabalhadores. Disto, definimos algumas identidades para uma economia fechada e sem governo. A renda da economia é composta por lucros e salários. Assim,

$$Y = P + W \tag{1}$$

Por outro lado, demanda é composta pelo investimento dos capitalistas (I), o consumo dos capitalistas (C_k) e o consumo dos trabalhadores (C_w), ou seja, a demanda desta economia fica:

$$Y = I + C_k + C_w \tag{2}$$

Pela igualdade entre a renda e produto, as equações (1) e (2) são idênticas, ou seja:

$$P + W = I + C_k + C_w \quad (3)$$

Conforme Kalecki (1983), os trabalhadores consomem toda sua renda, ou seja $W = C_w$:

$$P = I + C_k \quad (4)$$

Esta nova equação informa que o lucro total da economia equivale à soma do investimento mais o consumo dos capitalistas². Apesar dessas equações acima apresentarem uma identidade, Kalecki (1983) nos impele a questionar qual dos lados é o precedente e, numa avaliação pertinente, argumenta que “(...) os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num dado período que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais. Portanto, são suas decisões quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não o contrário”. (KALECKI, 1983, pág. 36). Ainda conforme Kalecki (1983), o consumo dos capitalistas é composto por uma parcela autônoma no curto prazo (A) e outra parcela que depende do lucro real líquido no período anterior ($P_{t-\lambda}$), inserindo essas informações na equação (4):

$$P_t = I_t + qP_{t-\lambda} + A \quad (5)$$

Onde q é a parte da renda que os capitalistas consomem e assume valor $0 < q < 1$, pois, supõe-se que os capitalistas poupam parte da renda. Ainda conforme Kalecki (1983) os salários são uma parcela da renda privada, isto é: $W = \alpha Y + B$, onde B é um valor constante no curto prazo. Substituindo essas informações dos salários e lucros na equação (1) e isolando Y , obtém-se a determinação da renda na economia Kaleckiana:

$$Y = \frac{1}{(1-\alpha)(1-q)} (I_t + A + B) \quad (6)$$

Onde o primeiro termo do lado direito da equação é o multiplicador de gastos (e maior que um) e o segundo termo são os componentes autônomos da demanda. O raciocínio para a determinação da renda é o mesmo daquele usado para os lucros, qual seja, são as decisões de gasto que determinam a renda agregada de uma economia. Ademais, pela operação do multiplicador, uma variação nos gastos provoca uma variação na mesma direção e mais que proporcional na renda.

Além disso, seguindo também a proposição do PDE e conforme Keynes (1992) o nível de emprego de uma economia não é determinado no mercado de trabalho, mas, sim, no mercado de bens e serviços, onde a decisão de produção baseada na demanda pelo produto determina o volume de emprego da economia. Assim, conforme Keynes, o nível de emprego é dado no ponto onde a oferta agregada medida em termos de emprego, isto é, “a produção

² Para uma exposição mais detalhada do tema, ver Miglioli (1981) e Possas e Baltar (1981).

resultante do emprego de N homens”, se iguala à demanda agregada esperada, ou seja, “o produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens” (KEYNES, 1992, pag. 38). Para Keynes, esse é o ponto de demanda efetiva.

O PDE é importante à medida que nos revela o papel dos gastos na determinação do emprego e da renda, mas, também, quanto às características da composição do mercado de trabalho. Isso porque, seguindo essa proposta, como a demanda por bens e serviços determina o nível de emprego, ela também delinea as características dos postos de trabalho que deverão ser ocupados, bem como quais setores produtivos irão demandar mais mão de obra³. De outro modo, as características do mercado de trabalho de um setor de atividade ou da economia como um todo sofre influência da demanda por bens e serviços e do grau de desenvolvimento tecnológico desta economia.

Se por um lado, o comportamento do mercado de trabalho é influenciado pela demanda da economia, por outro lado, as remunerações dos trabalhadores são determinadas por alguns fatores fundamentais, dentre eles, a importância relativa da ocupação e da estrutura produtiva a qual esta ocupação está inserida no cenário econômico de um país; as oportunidades de emprego na economia⁴; as políticas econômicas voltadas para emprego e renda e o poder político dos trabalhadores⁵. Assim, a análise que se procede manterá como pano de fundo o papel da demanda efetiva na economia, bem como na determinação do emprego. Ademais, a consideração das rendas médias do trabalho divulgadas a seguir leva em conta essas características de determinação dos salários. Dados os aspectos teóricos que irão nortear nosso trabalho, o próximo passo é a apresentação e análise dos dados.

3- Comportamento do mercado de trabalho e dos rendimentos do trabalho por regiões geográficas

A observação dos dados da economia brasileira permite ao estudioso avaliar o comportamento de algumas variáveis selecionadas e, assim, interpretar e sugerir possíveis encaminhamentos de políticas econômicas. No caso deste trabalho, o objeto de interesse é comportamento do emprego e renda para alguns anos selecionados da primeira década de 2000. Para isso, iremos dispor basicamente de duas fontes de análise: as POFs e a RAIS. A

³ Ademais, conforme Appelbaum (1979), “... the demand for labor to production has three components: the first conceptualizes the institutional nature of business sector; the second characterizes the prevailing technology; while the third describes the pricing decision of firms with market power”. (APPELBAUM, 1979, pág. 37)

⁴ Ver Thurow (1979).

⁵ Para mais detalhes ver Ferreira (2012).

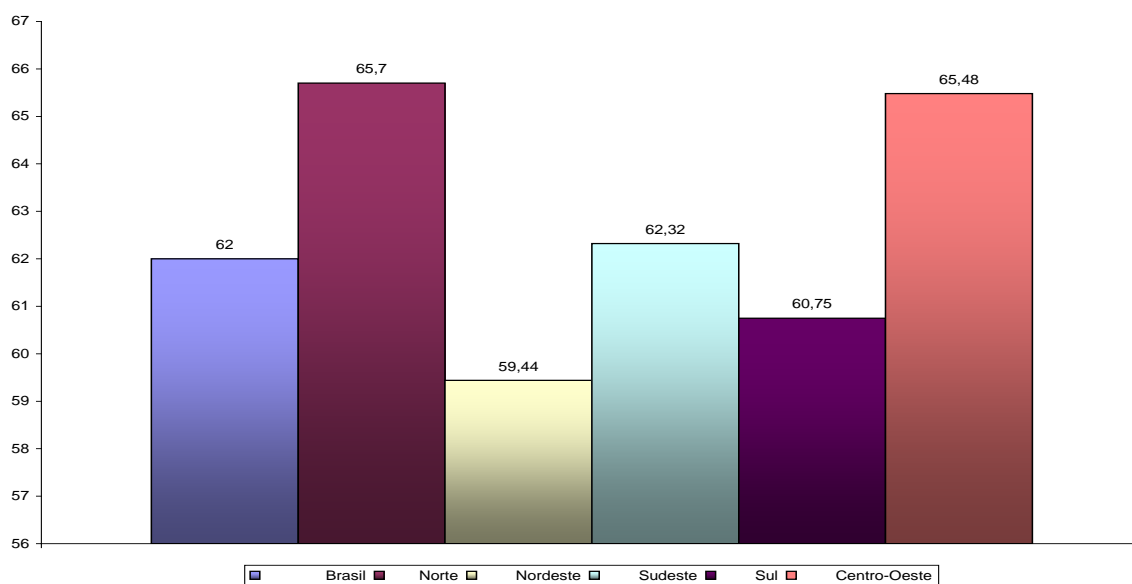
primeira refere-se a uma pesquisa que revela informações sobre os orçamentos familiares. Essa pesquisa satisfaz o interesse deste trabalho à medida que fornece informações relevantes sobre os rendimentos das famílias, incluindo aí, as principais fontes de rendimento.

A observação da POF 2002-2003 e POF 2008-2009 revelou, por exemplo, que os rendimentos das famílias são provenientes da renda do trabalho, de transferências como aposentadorias e pensões e aquelas decorrentes de programas sociais do governo. Como veremos adiante, as rendas do trabalho são bastante expressivas na determinação da renda total. Dado o destaque desta variável, voltamos nosso interesse à sua investigação e, neste caso, recorreremos a outra fonte oficial de informações da economia brasileira, qual seja a RAIS. Esta é um registro administrativo de periodicidade anual que permite avaliar o comportamento do mercado formal de trabalho em diferentes quesitos. Para este trabalho, iremos trabalhar duas dimensões em especial: a avaliação por regiões geográficas – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – e por setores de atividade econômica, conforme classificação do IBGE – Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária. O primeiro passo é apresentar os dados das POFs.

De acordo com o IBGE, os rendimentos das famílias captados na POF são compostos por rendimentos monetário e não monetário. Os rendimentos monetários são provenientes da renda do trabalho, das transferências, dos rendimentos de aluguel e outros rendimentos. Por outro lado, para o IBGE, aquilo que é produzido, coletado ou recebido em produtos por meio de troca, doação, etc. correspondem à parcela não monetária da renda. No que concerne ao rendimento monetário, é expressiva a participação do rendimento do trabalho no total do rendimento monetário. Isso pode ser observado tanto na POF 2002-2003, quanto na POF 2008-2009. Veja nos gráficos 1 e 2 a seguir que apresentam essa variável por região geográfica.

De acordo com os dados do gráfico 1, é possível perceber os rendimentos do trabalho são responsáveis por 62% do rendimento médio familiar no Brasil na POF de 2002-2003. Quando o corte é feito por regiões geográficas, observa-se que as regiões Sul e Nordeste possuem participação do rendimento do trabalho inferior à média nacional e as regiões Norte e Centro-Oeste com média superior à nacional.

Gráfico 1 – Distribuição do Rendimento do Trabalho por Regiões – POF 2002-2003, em %

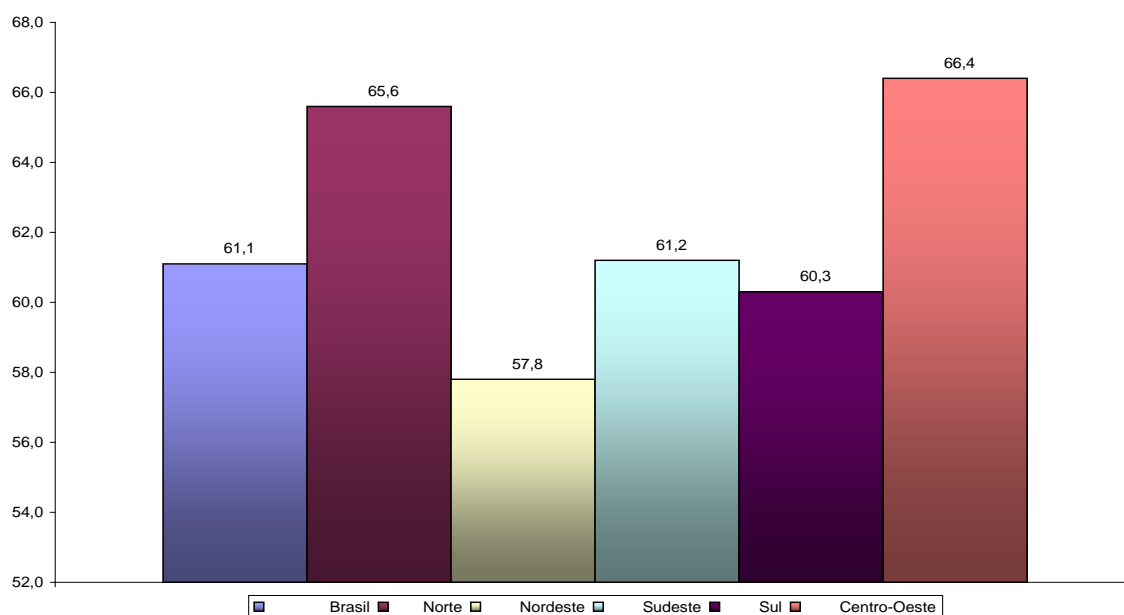


Fon

te: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, POF 2002-2003. Elaboração Própria.

As informações contidas na POF de 2008-2009 apresentam a mesma tendência observada na pesquisa anterior, ressaltando o papel do rendimento do trabalho para todas as regiões, mas com maior ênfase para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Gráfico 2 – Distribuição do Rendimento do Trabalho por Regiões – POF 2008-2009, em %



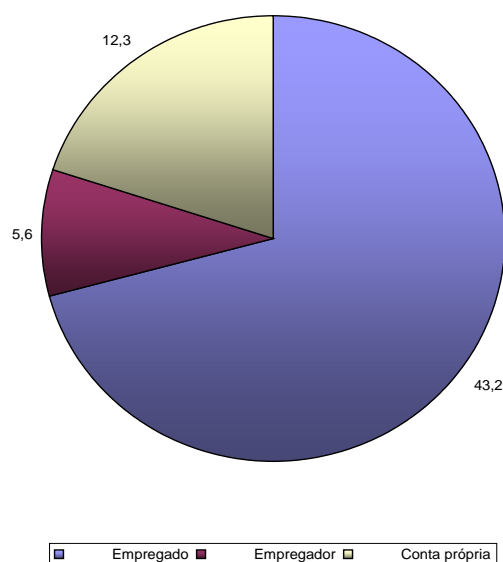
Fon

te: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, POF 2008-2009. Elaboração Própria.

Adicionalmente, pode-se inferir a composição do rendimento do trabalho em renda do empregado, empregador e conta-própria, com destaque para a parcela da remuneração do empregado no total do rendimento do trabalho. Para isso, veja, por exemplo, o caso da

pesquisa de 2008-2009 no gráfico 3 adiante. Ele nos mostra que do total do rendimento do trabalho, 43,2% é rendimento de trabalhador empregado, seguido de 12,3% do trabalhador por conta própria e 5,6% de rendimento de Empregador.

Gráfico 3 – Composição do Rendimento do Trabalho – POF 2008-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, POF 2008-2009. Elaboração Própria.

Dada a importância relativa do rendimento proveniente do trabalho, especialmente a renda do trabalhador empregado, o próximo passo é analisar a composição deste rendimento. Neste caso, será priorizada a análise para trabalhadores formais, conforme as regiões geográficas e os setores de atividade produtiva classificadas pelo IBGE com base nos registros administrativos da RAIS. Essa análise será tanto para a frequência de trabalhadores quanto para seus rendimentos médios. Como a variável base são os rendimentos percebidos em dezembro do ano de referência e as POFs utilizam a data de referência como janeiro de 2003 e janeiro de 2009 respectivamente, serão assumidos os valores da RAIS para os anos de 2002 e 2008, a fim de procedermos a análise.

O primeiro passo é analisar a composição do mercado de trabalho por regiões e setores de atividade para os anos de 2002 e 2008. Neste ponto, será dado destaque ao volume de trabalhadores com carteira assinada em dezembro dos respectivos anos, conforme tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Frequência de Trabalhadores por Regiões e Setores em 2002.

Setores de Atividades	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Extrativa Mineral	5.141	22.882	73.531	13.916	6.116	121.586
Industria de Transform.	167.691	644.923	2.774.350	1.381.466	231.905	5.200.335
Serviços Inds. Util. Públ.	15.299	63.323	158.819	49.521	22.896	309.858
Construção Civil	54.619	208.189	583.481	171.577	85.374	1.103.240
Comércio	204.551	711.586	2.628.656	901.834	374.242	4.820.869
Serviços	292.280	1.324.379	5.420.486	1.463.784	654.235	9.155.164
Administração Pública	523.061	1.672.858	2.883.809	894.755	801.330	6.775.813
Agropecuária	32.073	194.713	576.258	187.045	144.906	1.134.995
Total	1.294.715	4.842.853	15.099.390	5.063.898	2.321.004	28.621.860

nte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

Em 2002, a RAIS registrou mais de 28 milhões de trabalhadores com carteira assinada, dentre os quais, mais de 15 milhões estavam concentrados na região Sudeste, seguido de cerca de 5 milhões na região Sul. Na outra ponta, 1,2 milhões de trabalhadores estavam na região Norte. Por outro lado, os setores que mais empregaram foram serviços e Administração Pública em detrimento do setor de extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 2 – Frequência de Trabalhadores por Regiões e Setores em 2008

Setores de Atividades	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Extrativa Mineral	14.886	37.887	118.738	19.713	11.217	202.441
Industria de Transform.	250.371	930.377	3.816.700	1.823.761	371.817	7.193.026
Serviços Inds. Util. Públ.	23.558	70.388	187.364	65.512	23.297	370.119
Construção Civil	112.699	360.406	988.210	260.950	155.604	1.877.869
Comércio	356.630	1.135.530	3.830.940	1.349.642	583.093	7.255.835
Serviços	442.344	1.825.908	7.261.209	1.927.259	894.834	12.351.554
Administração Pública	793.477	2.298.133	3.210.036	1.026.881	941.196	8.269.723
Agropecuária	70.027	229.263	665.347	221.337	212.796	1.398.770
Total	2.063.992	6.887.894	20.078.548	6.695.087	3.193.878	38.919.399

nte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

O ano de 2008 registrou quase 39 milhões de trabalhadores empregados e, à semelhança do que ocorreu em 2002, a região que mais concentrou trabalhadores foi a Sudeste com cerca de 20 milhões de trabalhadores com carteira assinada. No entanto, diferentemente do que ocorreu no período anterior, a região que se seguiu na composição do emprego foi a Região Nordeste com um estoque de quase 7 milhões de trabalhadores. Já a classificação conforme os setores de atividades foi simétrica ao que ocorreu na análise anterior.

Além disso pode-se analisar também a remuneração média dos trabalhadores nestes dois períodos. Para obter essa remuneração, basta dividir a massa de salários em dezembro do ano de análise pela frequência de trabalhadores, o resultado confere a remuneração média nominal, conforme tabelas a seguir.

Tabela 3 – Remuneração Média de Trabalhadores por Regiões e Setores em 2002

Setores de Atividades	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Extrativa Mineral	1.992,11	1.489,60	1.714,48	726,67	954,64	1.532,62
Industria de Transform.	682,35	548,59	1.108,96	717,65	546,15	896,66
Serviços Inds. Util. Públ.	1.753,55	1.448,71	1.674,29	2.176,52	1.967,19	1.734,01
Construção Civil	574,36	470,86	719,79	597,12	621,84	638,96
Comércio	433,53	404,47	636,51	545,34	489,92	565,21
Serviços	722,75	616,95	1.005,76	818,56	852,25	899,58
Administração Pública	1.028,54	771,80	1.246,66	1.232,99	1.685,72	1.162,71
Agropecuária	397,30	343,48	409,41	443,39	465,48	410,52
Total	798,26	627,84	983,12	807,27	1.029,65	887,30

nte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

Tabela 4 – Remuneração Média de Trabalhadores por Regiões e Setores em 2008

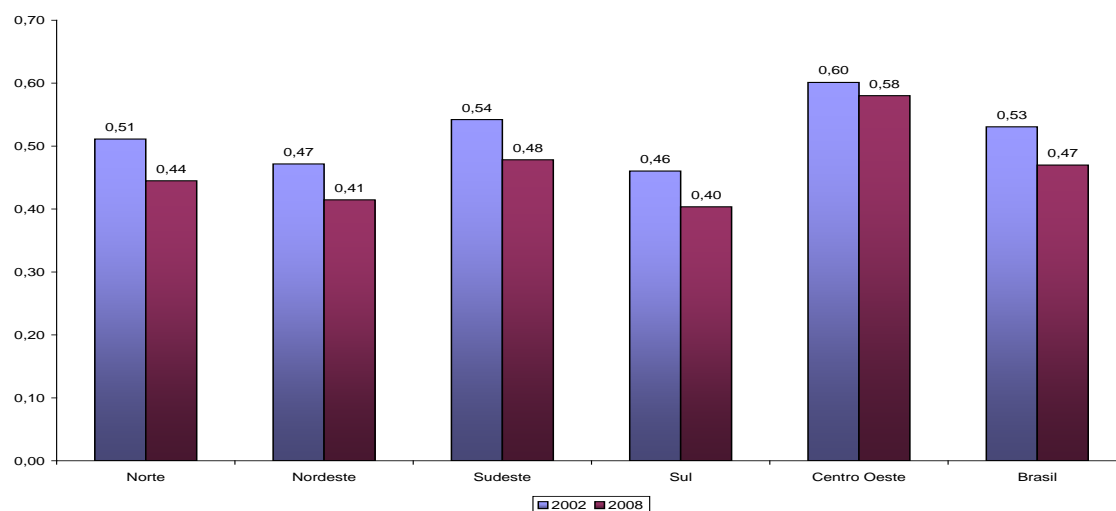
Setores de Atividades	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Extrativa Mineral	3.178,90	4.317,12	5.022,86	1.561,78	1.914,88	4.245,95
Industria de Transform.	1.178,87	901,24	1.787,92	1.229,39	1.023,86	1.470,92
Serviços Inds. Util. Públ.	2.648,87	2.253,83	2.615,58	3.000,17	3.770,07	2.689,65
Construção Civil	1.094,56	980,38	1.273,29	981,03	1.113,67	1.152,51
Comércio	763,97	687,27	1.061,59	923,58	856,78	946,25
Serviços	1.223,56	1.078,95	1.512,50	1.388,34	1.457,01	1.414,67
Administração Pública	1.691,59	1.380,61	2.111,60	2.109,27	3.382,64	2.012,53
Agropecuária	713,03	638,61	781,39	795,62	899,48	774,78
Total	1.324,66	1.101,03	1.569,65	1.342,74	1.829,06	1.455,98

Fonte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

Nos dois anos é possível observação que, apesar de a região que mais emprega trabalhadores ser a Sudeste, a região que apresenta maior renda média é o Centro-Oeste, com destaque para a renda média do setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública para os anos de 2002 e 2008 respectivamente. Por outro lado, a região com a média dos menores salários é o Nordeste, que mesmo ocupando a segunda posição em número de trabalhadores em 2008, tem a pior remuneração média do país. Em termos de setores de atividade, os que apresentam as menores remunerações são a agropecuária e o comércio.

Uma análise adicional que pode ser empreendida é o grau de distribuição da renda do trabalho tanto por regiões do país quanto por setores de atividade. Um dos métodos para calcular o grau de distribuição da renda do trabalho é o coeficiente de Gini. Este coeficiente assume valor entre zero e um ($0 < G < 1$), sendo que, quanto mais próximo de zero, mais distribuída está a renda e quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda. Vejamos a comparação dos dois anos para regiões do país.

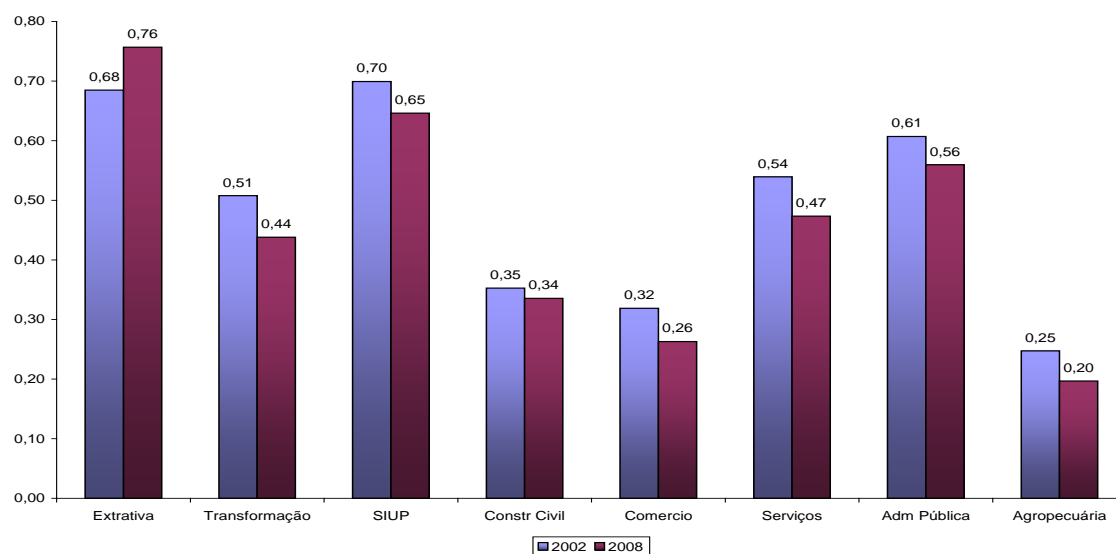
Gráfico 4- Coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho por Regiões – 2002 e 2008



Fonte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

É possível perceber pelo gráfico 4 que a região que apresenta melhor distribuição da renda do trabalho é a região Sul, com coeficiente de Gini de 0,46 e 0,40 para os anos de 2002 e 2008, respectivamente. Por outro lado, a região que tem pior distribuição de renda é a Centro-Oeste, com coeficientes de Gini mais próximos de uma unidade, isto é, 0,60 e 0,58 para 2002 e 2008. Aliás, na comparação dos dois anos, esta região foi a única que permaneceu com o coeficiente de Gini mais próximo de um, apesar da tênue melhora na comparação dos dois anos. Todas as regiões apresentaram melhora na distribuição de renda oriunda do trabalho quando confrontados os anos de 2002 e 2008. Adicionalmente, a avaliação do grau de concentração da renda do trabalho pode ser feita por setores de atividade econômica, como exposto no gráfico 5.

Gráfico 5- Coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho por Setores – 2002 e 2008



Fonte: MTE RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração própria.

Em relação aos setores de atividade econômica, a indústria extrativa mineral é uma das mais concentradoras da renda do trabalho, seguida dos serviços industriais de utilidade pública. No entanto, a primeira foi a única a apresentar um aumento na concentração de renda na passagem dos anos de 2002 a 2008, haja vista que todos os demais setores melhoraram a distribuição da renda do trabalho. Por outro lado, apesar dos setores agropecuária e comércio terem uma das menores rendas médias, eles apresentam a melhor distribuição de renda por faixas de salários, visto que o coeficiente de Gini para ambos está mais próximo de zero.

Como foi visto na segunda seção deste trabalho, numa economia capitalista de produção, a decisão de gasto é autônoma e antecede (e determina) a renda e o emprego da economia. Neste sentido, portanto, os componentes da demanda agregada tornam-se essenciais para geração de emprego e renda, com destaque para os gastos do governo cujo financiamento ocorre na moeda que ele emite⁶. Esse aspecto é importante à medida que constatamos na economia brasileira a existência de regiões que percebem maiores rendas médias do trabalho em detrimento de outras regiões, além, é claro, da concentração da renda de trabalho em algumas regiões do país. Nestes casos em particular, é preciso estimular a demanda agregada, especialmente pelas ações do governo, para promover maior emprego e renda no país. Ademais, o governo poderia atuar com políticas econômicas que estimulassem os setores produtivos intensivos em mão de obra, por meio de geração de demanda efetiva para estimular a produção e o emprego nestes setores e nas regiões menos favorecidas quando o assunto é volume de emprego e renda do trabalho.

4- Conclusão

Este trabalho buscou apresentar o comportamento do mercado de trabalho na economia brasileira por regiões geográficas para os anos correspondentes às duas POFs realizadas na primeira década de 2000. Foi possível acompanhar tanto a frequência de trabalhadores quanto a remuneração média do trabalho por regiões e por setores de atividade econômica. Foi visto que, no Brasil, a maior parte dos rendimentos das famílias provém da renda do trabalho e, nisto, há uma implicação importante, qual seja, a importância da manutenção do nível de emprego garante renda a milhares de famílias neste país.

Além disso, políticas econômicas que estimulem o emprego, através de estímulos à demanda agregada devem ser pensadas e aplicadas numa economia como a brasileira. Essas

⁶ Para mais detalhes sobre o tema ver Wray (2003) e Lerner (1943, 1951).

políticas, aliás, devem ser direcionadas a setores produtivos que tanto gerem maior volume de emprego quanto àqueles que conferem melhores salários.

Enfim, observar o comportamento do mercado de trabalho ajuda a melhor compreendê-lo e, também, a conhecer melhor os determinantes da renda dos cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

APPELBAUM, E. **Labor Market in Post-Keynesian Theory**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.

FERREIRA, L.S. **Distribuição de Salários na Economia Brasileira**: Um estudo a partir da matriz de contabilidade social para os anos de 2001, 2005 e 2008. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2012.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M., **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1992.

LERNER, A. Functional Finance and The Federal Debt. **Social Research**, v.10, p.38-51, 1943.

LERNER, A. P. **Economics of employment**. New York: McGRAW-HILL, 1951.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.

POSSAS, M.L. BALTAR, P. Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, 11(1), pp.107-160, abril de 1981.

THUROW, L. **A Job Competition Model**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.

WRAY, R. L. **Trabalho e moeda hoje**: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Tradução de José Carlos de Assis. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.